

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2025

(Dra Sra. Erika Hilton)

Apresentação: 12/08/2025 12:15:37.753 - CDHMIIR

REQ n.103/2025

Requer a realização de Audiência Pública "Transmasculinidades e Saúde Mental", na cidade de São Paulo, para debater as demandas, vulnerabilidades, práticas de cuidado e políticas públicas antidiscriminatórias voltadas à saúde mental e promoção dos direitos humanos de homens trans, pessoas transmasculinas e não-binárias.

Senhor Presidente, com amparo no art. 58 § 2º, inciso II da Constituição Federal, e na forma dos artigos 24, III e 255 do Regimento Interno desta Casa, requero a Vossa Excelência a realização de audiência pública com o tema **"Transmasculinidades e Saúde Mental"**, na cidade de São Paulo, para debater as demandas, vulnerabilidades, práticas de cuidado e políticas públicas antidiscriminatórias voltadas à saúde mental e promoção dos direitos humanos de homens trans, pessoas transmasculinas e não-binárias. Para a realização da referida Audiência Pública, faremos a sugestão dos convidados posteriormente.



JUSTIFICATIVA

O acesso integral à saúde mental é um direito garantido pela Constituição Brasileira e pelos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, a população transmasculina, que inclui homens trans, pessoas transmasculinas e não-binárias, enfrenta barreiras significativas para usufruir desse direito. O Estado, ao negligenciar as especificidades dessa população, compromete a efetividade das políticas públicas de saúde, perpetuando violências estruturais e institucionais. Diante desse cenário, é urgente implementar políticas interseccionais que respeitem a identidade de gênero e assegurem cuidados dignos e humanizados a essa população.

A desatenção à saúde mental de pessoas transmasculinas fere o princípio da integralidade do SUS, invisibiliza realidades marcadas por exclusão social e contribui para o agravamento de sofrimentos psíquicos, vulnerabilidade social extrema e abandono terapêutico, bem como atenta contra os direitos humanos da população transmasculina¹. Relatórios como “A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil” publicado pelo Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos em parceria com a Revista Estudos Transviados, que apresenta dados alarmantes sobre exclusão educacional, precariedade no acesso à saúde e impactos psíquicos da violência e do racismo institucional sofrido por homens trans e pessoas transmasculinas, reforçando a urgência de políticas integradas de saúde mental com enfoque interseccional e territorializado.

Além disso, a invisibilização histórica das transmasculinidades nas políticas públicas é denunciada por iniciativas como a Carta de São Paulo, elaborada durante o I Encontro Nacional das Transmasculinidades (ENAT) organizado pelo Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), que denuncia a invisibilização histórica das transmasculinidades nas políticas públicas e no campo da saúde, e destaca a necessidade urgente de despatologização das identidades trans como condição fundamental para garantir dignidade, reconhecimento e acesso equânime a cuidados em saúde física e mental.

1 Ver mais:

<https://raceandequality.org/wp-content/uploads/2021/10/TRANSMASCULINIDADES-BRASIL_FINAL.pdf> Acesso em 11/08/2025.



A edição temática do *Boletim Epidemiológico Paulista* sobre Transexualidade no SUS, também reconhece a importância da ampliação e qualificação dos cuidados em saúde para pessoas trans e transmasculinas, sobretudo na atenção básica e no cuidado em saúde mental, apontando a urgência de superar barreiras institucionais, formativas e estruturais que impactam o acesso e a permanência dessa população nos serviços públicos de saúde. Além disso, os dados apresentados pelo *Observatório Anderson Herzer* em 2023 e pela *Pesquisa Minha Saúde Transmasculina Importa* em 2025, onde são apresentados que mais de 85% das pessoas transmasculinas já tentaram ou idealizaram ações suicidas por diversas violências que causam sofrimento psíquico, demonstram a urgência de tratar sobre saúde mental como direitos humanos, haja vista a necessidade de promoção da dignidade e da inclusão das pessoas LGBTQIA+ no acesso à saúde integral.

Os *Standards of Care* da WPATH (World Professional Association for Transgender Health), que estabelecem a importância de prover atenção em saúde centrada na pessoa, com respeito à autodeterminação de gênero e ênfase no bem-estar psicológico e na qualidade de vida das pessoas trans e de gênero não conformista, reconhecendo que o sofrimento psíquico não é inerente à identidade trans, mas frequentemente produzido pelas violências sociais e institucionais sofridas.

Diante disso, é imprescindível que o Estado reconheça sua responsabilidade e promova políticas públicas de saúde mental que considerem os marcadores sociais de diferença, como gênero, raça, classe e território, e que assegurem escuta qualificada, dignidade e espaços de pertencimento às pessoas LGBTQIA+. Com isso, garantir o acesso à saúde mental da população transmasculina com base em uma abordagem interseccional é mais do que uma necessidade: é uma obrigação ética, legal e humanitária, que promove os direitos humanos.

Em vista do exposto, contamos com os nobres pares para aprovação dessa reunião de Audiência Pública sobre “Transmasculinidades e Saúde Mental”, na cidade de São Paulo, para debater as demandas, vulnerabilidades, práticas de cuidado e políticas públicas antidiscriminatórias voltadas à saúde mental e promoção dos direitos humanos de homens trans, pessoas transmasculinas e não-binárias.



Sala da Comissão, em 12 de agosto de 2025.



Deputada ERIKA HILTON – PSOL/SP

